



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL Nº 25/2021, DE 30 DE JUNHO DE 2021

**1º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO UNIFICADO DE 2021 PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO
RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DE CURSOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA E
JURÍDICA**

A Procuradoria da República no Estado do Paraná torna pública a prova objetiva com gabarito, do processo seletivo para estagiários dos cursos de graduação e pós-graduação de Direito, realizada em 29 de junho de 2021.

Curitiba, 30 de junho de 2021.

Paula Cristina Conti Thá
Procuradora-Chefe

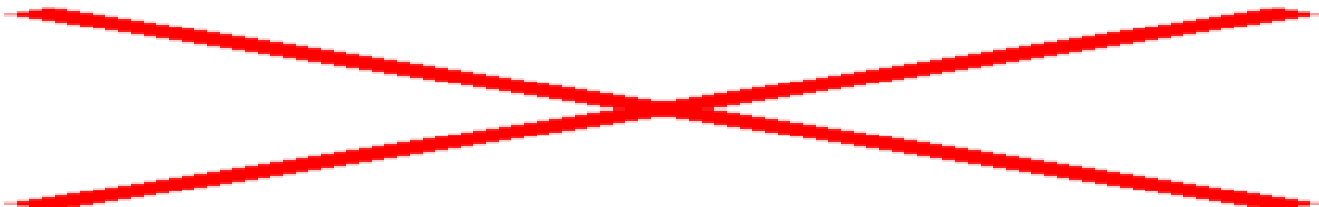


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

1º Processo Seletivo Público de 2021 para formação de cadastro reserva de estagiários de
nível superior de

Graduação e Pós-Graduação em Direito

CADERNO DE PROVA
Questões Objetivas



GRUPO 1 - DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

1. Marque a ERRADA

a) *Constitucionalismo* significa, em essência, limitação do poder e supremacia da lei (Estado de direito, *rule of law*, *Rechtsstaat*). O nome sugere, de modo explícito, a existência de uma Constituição escrita, sendo que esta é imprescindível para existência do Constitucionalismo.

b) A Constituição é conceituada como sistema de normas jurídicas, produzidas no exercício do poder constituinte, dirigidas precipuamente ao estabelecimento da forma de Estado, da forma de governo, do modo de aquisição e exercício do poder, da instituição e organização de seus órgãos, dos limites de sua atuação, dos direitos fundamentais e respectivas garantias e remédios constitucionais e da ordem econômica e social.

c) Com relação à concepção política, formulada por Carl Schmitt, a Constituição seria o produto de uma *decisão política fundamental*, ou seja, a vontade manifestada pelo titular do poder constituinte.

d) Com pertinência à concepção estritamente jurídica, **Hans Kelsen**, postula que a Constituição seria a *lei fundamental da organização estatal*, dividida em Constituição em sentido lógico-jurídico e Constituição em sentido jurídico-positivo.

2. Sobre competência federal, marque a INCORRETA:

a) Cabe à Justiça Federal julgar os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.

b) Os Juízos Federais dispõem de competência para processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica, sociedades de economia mista ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

c) Cabe à Justiça Federal julgar os crimes contra a organização do trabalho, incluindo redução à condição análoga a escravo e, nos casos determinados por lei, o sistema financeiro e ordem econômico-financeira.

d) não cabe à Justiça Federal julgar contravenções penais, ainda que cometidas em detrimento de bens de União Federal.

3. Sobre o Ministério Público, assinale a ERRADA:

a) O Ministério Público é dotado de atribuição para a defesa da ordem jurídica, regime democrático e interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com os arts. 127 a 130 da CRFB, regulados pela Lei nº 8.625/93 e Lei Complementar nº 75/93, à semelhança dos arts. 170 a 175 da CERJ, regradados pela Lei Complementar estadual nº 106/03.

b) O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviço público.

c) De acordo com entendimento atual do STJ, o Ministério Público não tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.

d) O mandado de segurança não se presta para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério.

4. Sobre os princípios constitucionais do Ministério Público, assinale a ERRADA:

a) O Ministério Público se submete ao princípio explícito da *unidade*, já que constitui um todo orgânico, com idênticos fundamentos, direção e finalidade.

b) O Ministério Público se submete também ao princípio da indivisibilidade, posto que há a possibilidade de substituição de um membro do Ministério Público por outro, sem que haja vinculação de opinião, no mesmo processo.

c) O Ministério Público possui a independência funcional como princípio explícito, visto que não há hierarquia funcional, conquanto exista hierarquia administrativa, entre os membros do Ministério Público, que não estão vinculados às recomendações dos Órgãos de Administração Superior em matérias relacionadas ao desempenho de suas atribuições, como também não podem ser responsabilizados pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, na forma do art. 127, § 1º.

d) A Instituição é sujeita ao princípio explícito do promotor natural, resumido como predeterminação em lei do órgão de execução do Ministério Público para officiar em certo processo, inafastável por ato discricionário imputado ao Procurador-Geral, nos termos dos arts. 5º, inc. LIII, 127, § 2º, e 128, § 5º, inc. I, b, todos da CRFB.

5. Sobre controle de constitucionalidade, assinale a ERRADA:

a) O Ministério Público, representado judicialmente pelo Procurador-Geral, possui capacidade para ser parte nos processos instaurados em decorrência do exercício da *ação direta de inconstitucionalidade genérica, interventiva ou omissiva e ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo, como também da arguição de descumprimento de preceito fundamental*, com apoio nos arts. 36, inc. III, 103, inc. VI, e 129, inc. IV, da CRFB, art. 2º, inc. VI, da Lei nº 9.868/99, art. 2º, inc. I, da Lei nº 9.882/99 e art. 2º da Lei nº 12.562/11.

b) A Arguição de Preceito Fundamental trata-se de processo de declaração de inconstitucionalidade com base no controle concreto de normas. Este processo conjuga duas dimensões: a abstrata, dado que se trata de declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral, tal como sucede nos processos principais de inconstitucionalidade, e a concreta, pois a declaração de inconstitucionalidade tem como base a fiscalização concreta da inconstitucionalidade de normas jurídicas.

c) A legitimidade ativa para propositura da Arguição de Preceito Fundamental é de qualquer pessoa lesada ou ameaçada em decorrência de ato do Poder Público.

d) O parâmetro da arguição, direta ou indireta, compreende todos os preceitos constitucionais de natureza fundamental, isto é, regras e princípios que expressam valores constitucionais que asseguram a continuidade e a estabilidade do ordenamento jurídico democrático.

6. Sobre formas de estado, marque a CORRETA:

a) A federação é conceituada como forma de estado, singularizada pela existência de duas espécies de ordens jurídicas, a federal, imanente ao poder central, e as

federadas, inerentes aos *poderes regionais e locais*, recobertos pelos atributos da soberania e autonomia;

b) O Federalismo centrífugo é oriundo da agregação de Estados autônomos em Estado composto, sendo seu principal exemplo os Estados Unidos da América, em que os Estados autônomos decidiam se unir por intermédio da Convenção da Filadélfia.

c) O federalismo centrípeto é aquele que é distanciado do centro de governo, originado da segregação de Estado. Nele, o Estado unitário se divide em Estados, como ocorreu com o Brasil.

d) Na federação brasileira, há a diferenciação entre lei federal, que exhibe a vontade precípua da Federação, alcançando a totalidade dos habitantes do território nacional, e lei nacional, que expõe a vontade prevalecente da União.

7. Sobre Administração Pública, marque a ERRADA:

a) O verbo *administrar* indica *gerir, zelar*, enfim uma ação dinâmica de supervisão. O adjetivo *pública* pode significar não só algo ligado ao Poder Público, como também à coletividade ou ao público em geral.

b) administração pública no sentido objetivo, pois, da expressão – que aqui deve ser grafada com iniciais minúsculas – deve consistir na própria atividade administrativa exercida pelo Estado por seus órgãos e agentes, caracterizando, enfim, a *função administrativa*;

c) A expressão “Administração Pública” pode também significar o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas que tenham a incumbência de executar as atividades administrativas. Toma-se aqui em consideração o *sujeito* da função administrativa, ou seja, quem a exerce de fato. Para diferenciar esse sentido da noção anterior, deve a expressão conter as iniciais maiúsculas: Administração Pública.

d) A Administração Pública, sob o ângulo subjetivo, pode ser confundida com o Poder Executivo, ao qual se atribui usualmente a função administrativa, tendo em conta que nos Poderes Legislativo e Judiciário não se há exercício genuíno de quaisquer atividades administrativas, mas sim legiferantes e judiciais.

8. Sobre princípios da Administração Pública, marque CORRETA:

a) Pelo princípio da autotutela, a Administração deve ser provocada para o fim de rever seus atos, não podendo fazê-lo de ofício.

b) Pelo princípio da indisponibilidade a Administração não tem a livre disposição dos bens e interesses públicos, porque atua em nome de terceiros. Por essa razão é que os bens públicos devem ser alienados na forma em que dispuser o regulamento administrativo, sendo dispensável a edição de lei prévia para esta finalidade.

c) As teorias jurídicas modernas sempre procuraram realçar a crise conflituosa entre os princípios da legalidade e da estabilidade das relações jurídicas. Se, de um lado, não se pode relegar o postulado de observância dos atos e condutas aos parâmetros estabelecidos na lei, de outro é preciso evitar que situações jurídicas permaneçam por todo o tempo em nível de instabilidade, o que, evidentemente, provoca incertezas e receios entre os indivíduos. A prescrição e a decadência são fatos jurídicos por meio dos quais a ordem jurídica confere destaque ao princípio da *estabilidade das relações jurídicas*, ou, como se tem denominado atualmente, ao *princípio da segurança jurídica*.

d) A EC nº 19/1998, que guindou ao plano constitucional as regras relativas ao projeto de reforma do Estado, cabendo a lei nº 9.784/99 a instituição de forma inovadora até então do princípio da eficiência (denominado de “qualidade do serviço prestado”) no plano normativo nacional.

9. Sobre licitação, marque a ERRADA:

a) podemos conceituar a licitação como o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico.

b) Uma das principais alterações da lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) foi a extinção do modelo de licitações por tomada de preços e convite para contratação. A partir da modificação, as licitações poderão ocorrer através de pregão, concurso, leilão, concorrência e a grande novidade, o diálogo competitivo.

c) a natureza jurídica da licitação é a de procedimento administrativo com fim seletivo, o procedimento constitui um “conjunto ordenado de documentos e atuações que servem de antecedente e fundamento a uma decisão administrativa, assim como às providências necessárias para executá-la.

d) Diversamente da Constituição anterior, silente a respeito do tema, a Constituição vigente referiu-se expressamente à licitação, estabelecendo, no art. 22, XXVII, ser da competência privativa dos Estados legislar sobre “normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais dos Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III”, conforme redação dada pela EC no 19/1998.

GRUPO 2 - DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

10. É INCORRETO afirmar:

a) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

c) Considera-se praticado o crime no momento do seu resultado, independentemente do tempo da ação ou omissão.

d) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

11. NÃO é causa de extinção da punibilidade:

a) A morte do agente.

b) A anistia.

c) A reparação do dano no crime de peculato culposos, ainda que posterior à sentença.

d) A prescrição.

12. Acerca das penas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 40 (quarenta) anos.
- b) Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da vara das execuções fiscais, por se tratar de dívida de valor.
- c) A proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos é umas das penas de interdição temporária de direitos.
- d) É suspensa a execução da pena de multa, se sobrevém ao condenado doença mental.

13. É CORRETO afirmar o seguinte em relação aos efeitos da condenação:

- a) Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6(seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.
- b) Excluem-se dos efeitos da perda, como produto ou proveito do crime, os bens transferidos a terceiros a título gratuito.
- c) Os instrumentos utilizados para a prática de crimes por organizações criminosas deverão ser declarados perdidos em favor da União ou do Estado, dependendo da Justiça onde tramita a ação penal, salvo se não colocarem em perigo a segurança das pessoas, a moral ou a ordem pública.
- d) A perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito deverá ser requerida expressamente pelo Ministério Público, por ocasião do oferecimento da medida assecuratória, dispensada a indicação da diferença apurada, a qual poderá ser comprovada até a sentença na ação penal.

14. No que toca ao erro no Direito Penal, está CORRETA a seguinte assertiva:

- a) O erro de tipo essencial evitável não permite a punição por crime culposos.
- b) O erro de proibição recai sobre a tipicidade do fato, excluindo o dolo (tipicidade objetiva).
- c) O erro de proibição evitável é causa de exclusão da culpabilidade, isentando o agente de pena.
- d) O erro de tipo essencial é o que recai sobre os elementos constitutivos do tipo penal, sendo causa de exclusão do dolo (tipicidade subjetiva).

15. Em relação aos crimes de competência da Justiça Federal, NÃO é correto afirmar:

- a) É possível a conversão da pena privativa de liberdade prevista no crime de importação de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11343/2006 – pena de 5 a 15 anos e multa) em restritivas de direitos quando o condenado possui bons antecedentes.
- b) O agente que empresta moeda falsa incorre nas mesmas penas daquele que falsifica o papel-moeda.
- c) A Lei nº 7492/86, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, equipara à instituição financeira a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades nela previstas, ainda que de forma eventual.
- d) Incide a causa de aumento de pena prevista no art. 171, §3º, do Código Penal (“a pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência”) no caso de estelionato cometido em detrimento da Caixa Econômica Federal.

16. Sobre os feitos de competência da Justiça Federal, é CORRETO afirmar que:

- a) O fato de o delito ser praticado pela internet atrai, automaticamente, a competência da Justiça Federal.
- b) É da Justiça Federal a competência para processar e julgar crimes de competência da Justiça Estadual quando os delitos tenham sido descobertos em um mesmo contexto fático, ainda que inexistindo conexão probatória.

c) A mera previsão do crime em tratado ou convenção internacional não atrai a competência da Justiça Federal, com base no art. 109, inciso V, da CF/88 (“aos juízes federais compete processar e julgar os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente”), sendo imprescindível que a conduta tenha ao menos potencialidade para ultrapassar os limites territoriais.

d) Não compete à Justiça Federal processar e julgar crimes relativos ao desvio de verbas públicas repassadas pela União aos municípios, ainda que sujeitas à prestação de contas perante órgão federal.

17. No que toca à prisão e às medidas cautelares, pode-se afirmar que:

a) No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas a título de medida cautelar diversa da prisão, o juiz poderá substituir a medida ou impor outra em cumulação, mas não decretar a prisão preventiva.

b) Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal confirmada em segunda instância.

c) A prisão preventiva não pode ser decretada com base em representação da autoridade policial, mas apenas a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente.

d) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.

18. Sobre o acordo de não persecução penal, é INCORRETO afirmar:

a) Não é cabível em sendo caso de arquivamento do feito.

b) Uma das condições que podem ser ajustadas é a de reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo.

c) Para aferição da pena mínima cominada ao delito, a fim de verificar se é cabível o acordo de não persecução

penal, não serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto.

d) Não é admissível se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais.

19. Pode-se afirmar o seguinte no que se refere à sentença no processo penal:

a) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que, em consequência, não tenha de aplicar pena mais grave.

b) Qualquer das partes poderá, no prazo de 2 (dois) dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.

c) Nos crimes de ação pública, o juiz não poderá proferir sentença condenatória se o Ministério Público houver requerido a absolvição.

d) A existência de fundada dúvida sobre a existência de circunstâncias que excluam o crime não é causa para absolvição do réu.

20. A respeito dos recursos no processo penal, assinale a assertiva CORRETA:

a) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão que não receber a denúncia.

b) Caberá recurso de apelação da decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal.

c) Caberá recurso, no sentido estrito, no prazo de 30 (trinta) dias, das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.

d) Caberá recurso de apelação da decisão que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.

21. Sobre as provas no processo penal, é INCORRETO afirmar:

a) O Pacote Anticrime (Lei nº 13964/2019) inseriu, no Código de Processo Penal, a disciplinada cadeia de custódia, definindo-a como o conjunto de todos os

procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

b) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo, inclusive, fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.

c) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

d) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

GRUPO 3 - DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

22. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro traz preceitos que se aplicam apenas às relações de direito público, sendo sua disciplina estranha às relações travadas entre particulares.

b) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro veicula que, se a lei for omissa, o juiz poderá decidir segundo os princípios gerais do direito. Além disso, a mesma lei estipula que, de partida, os princípios de direito público, como o da dignidade da pessoa humana e da proporcionalidade, preponderam sobre os princípios de direito privado, como o princípio da liberdade contratual e da igualdade entre particulares.

c) Aos analfabetos é dado invocar o desconhecimento do texto da lei para justificar adequadamente seu descumprimento, desde que isso não implique em violência ou danos a terceiros.

d) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro adota a *vacatio legis* como regra, disciplinando que, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

23. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro disciplina que, na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente, aspecto interpretativo que deve ser levado em consideração no julgamento das ações de improbidade administrativa.

b) O incremento da segurança jurídica, inclusive mediante a expedição de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas é dever das autoridades públicas do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, mas não das autoridades públicas do Poder Executivo.

c) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá necessariamente ser fundamentada, mas a autoridade que decidir poderá ou não indicar de modo expresse suas consequências jurídicas e administrativas, verificando a pertinência de fazê-lo de acordo com as particularidades do caso concreto.

d) As três alternativas acima estão incorretas.

24. Assinale a alternativa CORRETA:

a) De regra, os direitos da personalidade são transmissíveis aos herdeiros e, envolvendo pessoas capazes, podem ser renunciados ou sofrerem limitação voluntária em seu exercício.

b) São exemplos de pessoas jurídicas de direito público interno as autarquias, as fundações públicas, os partidos políticos e os municípios.

c) As finalidades das fundações privadas são expressamente limitadas pelo Código Civil.

d) A defensoria pública tem a função de velar pelas fundações.

25. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A liberdade contratual será exercida livremente entre particulares e, apenas quando envolver entes públicos, será exercida nos limites da função social do

contrato.

b) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

c) Quando, num contrato de adesão, houver cláusula ambígua ou contraditória, esta cláusula será nula de pleno direito.

d) Em atenção ao princípio da publicidade, a transmissão da posse de um imóvel se dá mediante o registro de escritura pública em cartório.

26. Assinale a alternativa CORRETA:

a) O CPC veda a arbitragem, pois apenas bacharéis em Direito podem decidir os conflitos sociais.

b) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

c) O princípio do contraditório e da ampla defesa obsta que, nas relações de direito privado, seja proferida decisão contra uma parte sem que a outra seja ouvida, vedação que se aplica também em hipótese de tutela da evidência quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

d) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

27. Assinale a alternativa CORRETA:

a) As hipóteses de intervenção do Ministério Público no processo civil, enumeradas pelo CPC, são exaurientes.

b) A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.

c) Aos membros do Ministério Público se aplicam os mesmos motivos de impedimento dos juízes, mas não os mesmos motivos de suspeição.

d) O Ministério Público será intimado dos atos processuais mediante publicação em diário oficial.

28. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.

b) A citação, em regra, será feita por oficial de justiça e, excepcionalmente, pelo correio ou por meio eletrônico.

c) A Fazenda Pública será citada preferencialmente por edital.

d) A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, retroage à data de expedição do correspondente mandado pelo juiz.

29. Assinale a alternativa que contém requisito estranho à petição inicial:

a) A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

b) As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

c) O rito a ser adotado.

d) O valor da causa.

30. Assinale a alternativa CORRETA:

a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

b) Atuando como fiscal da lei, o Ministério Público não poderá recorrer.

c) Ao contrário do CPC de 1973, o CPC de 2015 não prevê a possibilidade de recurso adesivo.

d) Os despachos podem ser recorridos via agravo de instrumento.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

1º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO UNIFICADO DE 2021 PARA
FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE
NÍVEL SUPERIOR DO CURSO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DE DIREITO

GABARITO

1	A	11	C	21	B
2	B	12	B	22	D
3	C	13	A	23	A
4	D	14	D	24	C
5	C	15	A	25	B
6	A	16	C	26	D
7	D	17	D	27	B
8	C	18	C	28	A
9	D	19	B	29	C
10	C	20	A	30	A